



PARTITURAS EM BRAILLE: um levantamento de repositórios de partituras disponíveis em formato digital

Maurício Eslabão da Fonseca

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
maumus89@gmail.com

Jonatas Souza

Universidade do Federal do Ceará (UFC)
jonatas.ufc@gmail.com

Como citar este artigo?

FONSECA, Maurício Eslabão; SOUZA, Jonatas. Partituras em Braille: um levantamento de repositórios em formato digital. *In: Encontro sobre Música e Inclusão*, 10., 2023, Natal/RN, **Anais eletrônicos** [...]. Natal/RN: EMUFRN, 2023. Tema: Abordagens para um pensamento inclusivo: acessibilidade com equidade na prática musical. p. 8-21. Disponível em: <https://ojs.musica.ufrn.br/emi>.

RESUMO

A musicografia braille se apresenta como ferramenta legítima, sendo utilizada ao redor do mundo por pessoas com deficiência visual. Porém muitas dificuldades ainda são perceptíveis para que esse material possa ser acessado por quem realmente precisa, principalmente quando estamos falando de música. Então o principal objetivo desse trabalho é identificar repositórios virtuais que disponibilizam partituras braille em formato digital. Os objetivos específicos foram: explorar o meio digital buscando por partituras adaptadas para braille; quantificar os arquivos disponíveis nos repositórios e reconhecer os formatos digitais que as partituras estão disponibilizadas em meio virtual. Por consequência, neste processo investigativo outras demandas e reflexões acerca do uso dos arquivos e dos acervos dos repositórios se tornam evidentes. Para que o objetivo seja cumprido o trabalho optou por uma abordagem quali-quantitativa que buscou através de pessoas que utilizam da musicografia braille e da pesquisa em ambientes virtuais para encontrar os repositórios que foram aqui apresentados. Os resultados nos apresentaram o quantitativo de 5 repositórios virtuais, que acumulam um total de 5.133 arquivos musicais, dispostos em formatos digitais, tais como: .txt, .brf, .brm, .brl e .dxb. Concluímos a pesquisa apresentando reflexões acerca do processo de democratização das partituras musicais em braille, ao mesmo tempo em que alertamos para a necessidade de ampliação e disseminação destes materiais pesquisados através do desenvolvimento de políticas públicas eficazes.

PALAVRAS-CHAVE

musicografia braille; repositórios digitais; acesso - difusão de partituras em braille.

1 INTRODUÇÃO

A musicografia braille, criada pelo francês Louis Braille (1809 - 1852), é a ferramenta legítima e utilizada por pessoas com deficiência visual para a leitura e escrita de partituras em relevo. O primeiro livro sobre a temática *Procédé pour écrire les paroles, la musique et la plainchant au moyen de points* (método para escrever as palavras, a música e o cantochão por meio dos pontos), foi lançado em 1829, pelo próprio Louis. Desde então a musicografia braille sofreu algumas mudanças e atualizações a fim de unificar a comunicação entre os músicos cegos e transcritores.

Devemos considerar um aspecto importante quanto o uso da musicografia braille, que é a escassez de materiais produzidos em braille, como partituras, métodos e livros. Observamos, assim como Bonilha (2010), Souza (2014), Tudissaki (2015), Bezerra (2016), Tomé (2016), Keenan Júnior & Schambeck (2016) e Keenan Júnior (2017) que essas questões acontecem pelo fato da demora na produção do material, alto custo de impressão, falta de pessoas especializadas na transcrição, baixo quantitativo de profissionais que dominem a musicografia braille e carência de gráficas especializadas na produção braille. Podemos acrescentar ainda:

Steven Fischer afirma que 'todas as sociedades modernas se apoiam nas bases da escrita [...] uma dimensão da condição humana' (Fischer, 2009, p.10). Ao se tomar essa afirmação por base para reflexões sobre a inclusão de pessoas com deficiência visual e, aliado a isso, se constatar a pouca disponibilidade de textos em Braille (material literário, acadêmico, documental etc.), chega-se à conclusão de que as pessoas que necessitam de materiais em Braille sofrem dificuldades para acessar o conhecimento criado e difundido na vida em sociedade (MELO; SOUZA; MORAIS JÚNIOR, 2021, p. 231).

É bem verdade que o avanço tecnológico nos proporciona atualmente a criação/edição de partituras em braille a partir do uso de softwares específicos para tal finalidade, assim como o armazenamento e compartilhamento desses arquivos. A organização dessas transcrições em repositórios e a disponibilização de tal material na internet, favorece a difusão da musicografia braille, e viabiliza o acesso à músicas escritas para pessoas com deficiência visual. Marinho (2021), ao tratar sobre acessibilidade informacional para músicos com deficiência visual afirma que:

Um dos grandes desafios desse campo informacional é, portanto, a produção, disseminação, mediação e uso de conteúdos musicais em Braille, especialmente nas bibliotecas brasileiras, uma vez que o ensino para deficientes visuais ocorre principalmente pela audição, restrição ocasionada também pela falta de material impresso. (MARINHO, 2021, p.34)

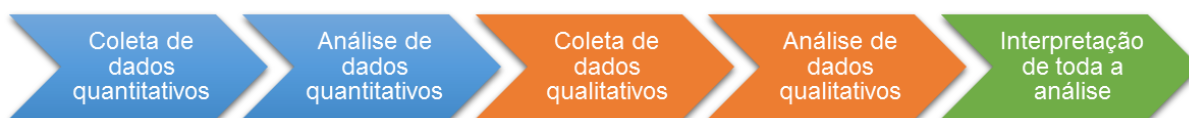
A partir do exposto, compreendemos a relevância de identificar os repositórios virtuais que disponibilizem partituras braille em formato digital, perscrutando o meio digital buscando por partituras adaptadas para braille; quantificando os arquivos disponíveis nos repositórios e reconhecendo os formatos digitais que as partituras estão disponibilizadas em meio virtual.

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se por ser um vetor na publicização de repositórios virtuais que ofereçam partituras braille em formato digital, a fim de que o público interessado, músicos cegos e professores de música, com e sem deficiência visual, possam ter acesso ao conteúdo dos repositórios.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos desta pesquisa apoiam-se na abordagem de método misto (quali-quanti), entendendo a necessidade de reunir em um estudo os dados quantitativos e qualitativos. Para tanto, utilizamos a estratégia exploratória sequencial, apresentada por Creswell (2007) onde essa é caracterizada pela coleta de dados quantitativos, seguida pela coleta de dados qualitativos, onde a integração acontece durante a fase de interpretação do estudo. Observa-se a sequência metodológica no fluxograma apresentado a seguir.

Figura 1 - Projeto exploratório sequencial.



Fonte: CRESWELL, 2007, p. 216

[Descrição da imagem] Figura de um fluxograma que possui cinco etapas. As etapas são: “Coleta de dados quantitativos”, “Análise de dados quantitativos”, “Coleta de dados qualitativos”, “Análise de dados qualitativos” e “Interpretação de toda a análise”. Cada etapa está dentro de uma figura em formato de seta, da esquerda para direita, duas são azuis, duas laranjas e uma verde. [Fim da descrição]

O passo inicial da coleta de dados quantitativos visa descobrir a quantidade de repositórios digitais que ofertam partituras em braille em formato digital. O levantamento dos repositórios aconteceu por meio de questionamentos orais feitos a professores que utilizam da musicografia braille nos estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

Após este levantamento o termo *repositórios de partituras em musicografia braille* e algumas variantes deste foram pesquisados no google e na biblioteca digital de teses e dissertações - BDTD. Este termo rendeu mais de 5.000 (cinco mil) resultados na pesquisa do google, sendo filtrado pelos mais relevantes da plataforma para pouco mais de 30 (trinta). Já na BDTD só foram encontrados 10 (dez) trabalhos. Na análise dos resultados, nenhum outro repositório foi acrescentado aos mencionados pelos professores.

Posteriormente à coleta dos dados quantitativos, efetuamos a análise realizando o levantamento dos arquivos disponibilizados nos acervos das plataformas identificadas.

Por conseguinte, a análise dos dados qualitativos se concentrou em alguns pontos centrais. O primeiro foi entender como são construídos e organizados estes repositórios para compreendermos se são acessíveis ao público em geral (pessoas com e/ou sem deficiência visual), em seguida, descobrir quais os formatos dos arquivos que estão disponíveis nos acervos e quais os programas que executam estes arquivos.

Por fim, interpretamos os resultados refletindo sobre os dados quantitativos e qualitativos construídos neste trabalho, e apresentamos os desdobramentos que puderam ser apontados a partir da análise dos autores.

3 RESULTADOS

Neste levantamento foram encontrados cinco repositórios. A Musicoteca Braille¹ (repositório integrado ao projeto Musibraille); A Biblioteca Chile Musica y Braille² (espaço gerido por uma organização sem fins lucrativos fundada no Chile); Repositório de Informação Acessível - RIA³ (repositório ligado à Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados - REBECA, rede onde diversas universidades compartilham seus materiais adaptados); Dorinateca⁴ (Biblioteca virtual pertencente à Fundação Dorina Nowill); e o Acervo de musicografia braille⁵ (acervo independente que aparenta não ter sido alimentado com novas transcrições nos últimos anos).

¹ Link de acesso: <http://intervox.nce.ufrj.br/musibraille/biblioteca/home.htm>

² Link de acesso: <https://www.chilemusicaybraille.org/biblioteca>

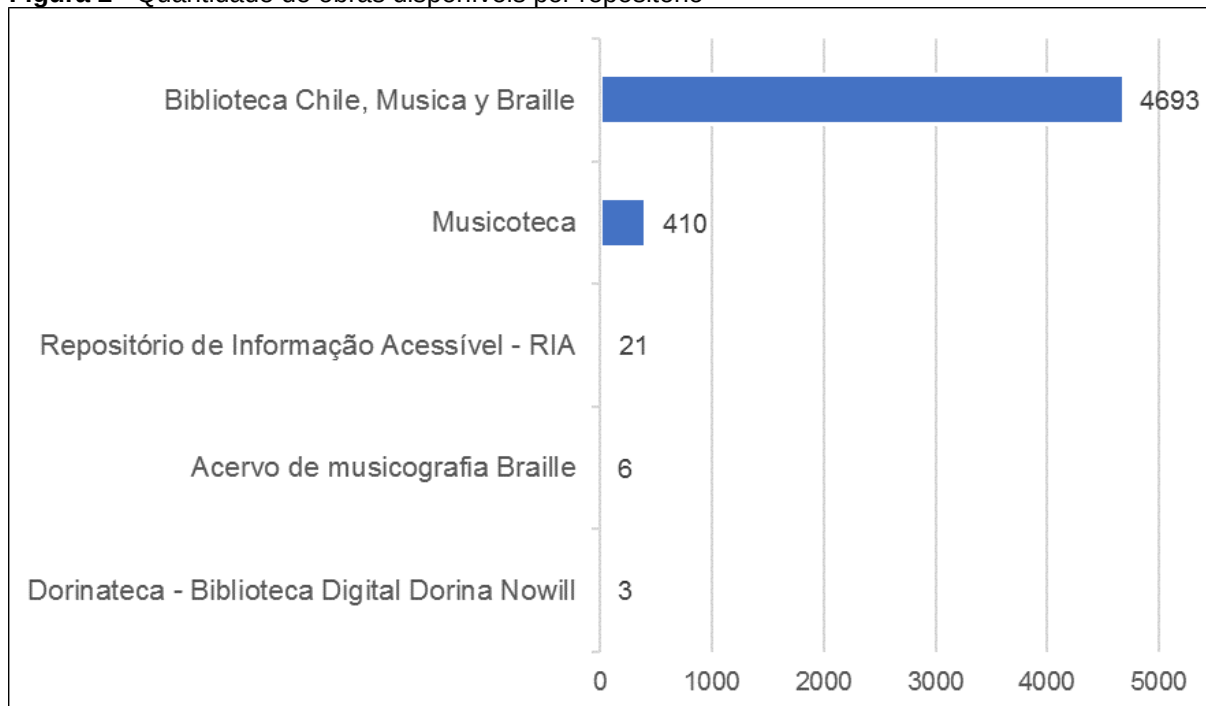
³ Link de acesso: <https://ria.ufrn.br/jspui/>

⁴ Link de acesso: <http://www.dorinateca.org.br/>

⁵ Link de acesso: <http://musicografia.weebly.com/>

A seguir apresentamos uma imagem contendo o quantitativo de arquivos dispostos nos repositórios em ordem decrescente. O gráfico de barras horizontais expõe a disparidade entre os acervos, onde podemos perceber que a Biblioteca Chile, Musica y Braille possui um número bastante superior aos demais repositórios analisados.

Figura 2 - Quantidade de obras disponíveis por repositório



Fonte: O autor.

[Descrição da imagem] Figura de um gráfico de barras. O eixo dos repositórios contém: "Biblioteca Chile, Musica y Braille", esse possui a barra mais longa, com 4693 arquivos. "Musicoteca", com 410 arquivos. "Repositório de Informação Acessível - RIA", com 21 arquivos. "Acervo de musicografia Braille", com 6 arquivos e "Dorinateca – Biblioteca Digital Dorina Nowill", com 3 arquivos. O eixo das quantidades inicia em zero e vai até cinco mil, com intervalo de mil entre os dados. [Fim da descrição]

Dentre estes repositórios, somente dois contemplam mais de cem obras, onde o que possui maior acervo é a Biblioteca Chile Braille y Musica com 4.693 (quatro mil seiscentos e noventa e três) arquivos disponíveis. Isso representa mais de onze vezes, em termos numéricos, o acervo da Musicoteca Braille que foi a segunda maior em quantitativo de arquivos.

Algumas características bem distintas entre os repositórios podem ser observadas durante o acesso. Por exemplo, alguns arquivos dos acervos possuem mais de uma música transcrita, como é o caso do Acervo de musicografia Braille, onde estão disponíveis 4 (quatro) livros de um método de ensino para violão. Outro

exemplo dessa situação ocorre na Dorinateca, onde um dos arquivos disponíveis é de um livro que possui 14 (quatorze) peças musicais.

Por outro lado, dentre os arquivos da Musicoteca é possível encontrar partituras que foram transcritas mais de uma vez. Isso ocorre pois o acervo foi alimentado com transcrições dos alunos dos cursos de introdução à musicografia braille ministrados em diversas localidades do Brasil.

Outra distinção entre estes repositórios é que dois destes possuem algumas restrições de acesso, onde somente pessoas que comprovem a deficiência visual podem ter acesso ao material disponível. Este é o caso da Biblioteca Chile Braille y Música e do Repositório de Informação Acessível. Essa prática apresenta-se, de certa maneira, com potencial segregador, pois limita o acesso do material a professores de música sem deficiência visual, que possuam, ou não, alunos cegos, assim como todos que demonstrem interesse pela área.

Todavia, essa questão está alicerçada em bases legais. No Brasil essa prática está em conformidade com a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, art. 46, inciso I, alínea d, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, e de acordo com o Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que determina a garantia da acessibilidade e utilização de serviços e atendimentos. De maneira semelhante acontece no Chile onde o respaldo se dá através da Lei 17.336 (Título 3, Artigo 71C). Para além disso, ambos os países aderiram em 2018 ao Tratado de Marraqueche que busca "Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso" (BRASIL, 2018).

Com relação a disponibilização dos arquivos, foi possível perceber que os formatos disponibilizados nos repositórios são diversos, o que reflete numa variedade de programas diferentes para poder executar os arquivos. Os formatos de extensões dos arquivos identificados foram .txt, .brf, .brm, .brl e .dxb. Como a quantidade de formatos é diversa, não há atualmente um software único capaz de reconhecer todos os formatos disponibilizados, mas podemos citar alguns programas que executam, criam e/ou editam alguns destes arquivos, são eles: Braille Fácil, MusiBraille, Duxbury.

Por consequência, ao analisarmos os formatos dos arquivos disponíveis nos repositórios, podemos perceber que, nos dois maiores acervos, as extensões utilizadas para disponibilizar os arquivos são distintas. Na biblioteca Chile Braille y

Musica a extensão utilizada na grande maioria dos arquivos é a .brf, enquanto na Musicoteca quase todos os arquivos disponibilizados estão em .brm.

Por fim, identificamos que o número de repositórios virtuais que disponibilizam partituras em formato digital ainda é pequeno (apenas 5), frente às demandas da área e em comparativo com repositórios de partituras digitais em tinta. Vale destacar que os meios virtuais que ancoram tais repositórios são acessíveis, e somam um quantitativo de 5133 (cinco mil cento e trinta e três) arquivos musicais (partituras, livros, métodos para instrumentos, dentre outros) número muito inferior ao que podemos encontrar, com facilidade, em formatos utilizados por pessoas videntes.

Os resultados aqui apresentados nos induzem a reflexões acerca da necessidade de desenvolvimento de políticas públicas e ações que possibilitem a democratização dos arquivos acessíveis. Dessa maneira, devemos nos aprofundar no debate acerca dos apontamentos construídos através dos dados aqui construídos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Várias são as questões que envolvem a criação e disponibilização de uma partitura braille em um repositório virtual. Inicialmente a obra musical é transcrita por meio de um software, geralmente adaptando do formato tinta para o braille (ação que comumente é realizada por uma pessoa normovisual). Em seguida o arquivo deve passar por uma revisão, que segundo as Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille (BRASIL, 2018), deve ser feita por uma pessoa cega (comumente o documento é impresso para a realização da revisão), e por fim a versão final do arquivo deve ser armazenada no servidor do repositório.

Algumas considerações são pertinentes quanto ao processo exposto acima. De início observamos que a transcrição não pode ser realizada por uma pessoa com deficiência visual, pois muito embora os softwares de transcrição sejam acessíveis e disponham de leitores de tela, a partitura encontra-se em um meio inacessível. Talvez a alternativa fosse termos partituras descritas em áudio, ou mesmo leitores (pessoas com conhecimento técnico sobre a escrita musical tradicional) o que possibilitaria a pessoa com deficiência visual a opção de transcrever os materiais que eram anteriormente inexecutáveis para ela.

A etapa da revisão por vezes não segue as orientações contidas nas normas técnicas, pois a área ainda carece de profissionais revisores com conhecimento técnico sobre a musicografia braille capazes de revisar diferentes obras musicais com todas as suas especificidades e possibilidades de símbolos. Normalmente a revisão passa a ser realizada pelo próprio transcritor, pessoa sem deficiência visual.

Ademais, temos a etapa da disponibilização dos arquivos em um repositório virtual. Aqui, observamos algumas questões. Qual o formato de disponibilização? Qual software executa determinada extensão (.brm, .brf, .txt)? O material está formatado para impressão braille? Disponibilizar um documento musical em braille não garante que este material chegará às mãos das pessoas com deficiência visual, pois os fatores que envolvem a manipulação destes arquivos estão diretamente ligados aos equipamentos e ferramentas as quais as pessoas com deficiência visual possuem acesso.

Silva (2022), ao refletir sobre a possibilidade de extinção da musicografia braille (fato que se dá pelo surgimento de propostas alternativas à grafia musical em relevo criada por Braille) e de sua manutenção, apresenta três eixos de sustentação da ferramenta, são eles: Ensino, Formação de Professores e Produção de Materiais.

O autor, ao expor sobre a produção de materiais, reforça a escassez na construção de partituras em braille e destaca a importância dos repositórios e dos avanços tecnológicos para tal finalidade. Refletindo sobre os aspectos apresentados por Silva (2022), reconhecemos que o ensino, a formação de professores e a produção de materiais para a musicografia braille estão diretamente ligados. Tomando como alicerce o ensino, que gera a necessidade da produção de materiais, que por sua vez demanda a formação de professores.

Melo, Souza e Morais Júnior (2021) abordam essa questão da formação de professores frente aos desafios da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Parece haver um quantitativo ainda menor de docentes na Educação Superior que possa preparar novas gerações de docentes para realizarem esse trabalho com seus alunos com deficiência. Nos currículos dos cursos de licenciatura das Instituições de Ensino Superior brasileiras, essa formação específica ainda se encontra incipiente e deixa a desejar no preparo de seus graduandos. Sabe-se de poucos cursos que contemplam disciplinas que abordam a temática da Educação Especial e Inclusiva e, ainda menos, que possuem, na sua estrutura curricular, algum componente que tenha em seu programa, o contato e a prática com a Musicografia Braille, mesmo que em caráter optativo. (MELO; SOUZA; MORAIS JÚNIOR, 2021, p.238)

Na grande maioria dos trabalhos, podemos ver as universidades construindo seus próprios materiais a partir de suas necessidades para os estudantes com deficiência visual. Mas, ainda não se vê um acervo cooperativo entre as instituições que consiga suprir boa parte das demandas por partituras para pessoas com deficiência visual. Neste sentido, o RIA, por ser um repositório ligado a uma rede colaborativa (REBECA), é uma iniciativa muito interessante, mas que ainda carece de mão de obra especializada que consiga viabilizar a alimentação de seu acervo de partituras.

No que diz respeito à inserção de materiais transcritos nos repositórios de informação acessível, o SEMBRAIN deve buscar soluções para o problema do escalonamento de demandas, tendo em vista que as etapas iniciais desse processo, já em andamento, têm implicado em filas de trabalho maiores que o desejado, devido principalmente ao pequeno crescimento da equipe em comparação com o aumento das demandas. Necessita-se de profissionais transcritores e revisores com conhecimento avançado na musicografia, como também de audiodescritores. (MELO; SOUZA; MORAIS JÚNIOR, 2021, p.242)

Por outro lado, também podemos afirmar que poucas são as editoras que disponibilizam seus livros e partituras em formato acessível para este público. Então a utilização dos repositórios de partituras e livros tem se mostrado um caminho para cobrir essa lacuna que constitui-se como uma forma de exclusão das pessoas com deficiência visual.

A não disponibilização destes arquivos em locais de fácil acesso, ou ainda, a exclusão digital das pessoas com deficiência visual, que ocorre muitas vezes por causa de barreiras, como as comunicacionais/informacionais ou por motivos sociais onde existe uma situação de vulnerabilidade social, tem distanciado o material disponível das pessoas que deveriam empunhá-los.

Um ponto que também amplia a dificuldade de acesso das pessoas com deficiência visual a materiais adaptados é o desenvolvimento das ferramentas (hardware, impressoras, softwares, tecnologias assistivas) que por serem direcionadas a um público mais específico custam valores que dificultam a aquisição dessas tecnologias.

Nesse sentido, podemos avaliar os softwares disponíveis para a execução dos arquivos adaptados para as pessoas com deficiência visual. O software Goodfeel Braille Music atualmente comercializa sua versão mais completa ao custo

de US 1.595,00 (mil quinhentos e noventa e cinco dólares) (Goodfeel, 2023), da mesma forma o Duxbury Braille Translator (que é somente um editor para textos, não sendo então, um programa feito especificamente para edição de músicas em braille) que consegue ler algumas das extensões citadas dos arquivos encontrados nos repositórios está custando US 695,00 (seiscentos e noventa e cinco dólares) (Duxbury, 2023).

Por consequência, a utilização de softwares gratuitos como o Musibraille tem se tornado uma opção viável para a transcrição e disponibilização de arquivos musicais transcritos para musicografia braille. Entretanto, a utilização de softwares gratuitos ainda não permite às pessoas com deficiência visual o acesso a todo o material disponível em ambientes virtuais.

Todas essas discussões acerca da musicografia braille e de sua difusão tem ampliado o debate e estimulado a execução de eventos que visam abordar a temática sob a construção, adaptação e propalação desses conhecimentos musicográficos no ensino superior em música.

A percepção de que existe a necessidade de se difundir a importância desse conhecimento nas instituições de ensino de música (de qualquer nível) tem fomentado a realização de eventos como o Encontro sobre Música e Inclusão (EMI), promovidos pela UFRN, que tem se mostrado como facilitador para troca de experiências entre os profissionais, estudantes e entusiastas da musicografia braille como recurso inclusivo (UFRN, 2021).

Nesse sentido, muito já se avançou em questões de adaptação nas instituições públicas e/ou privadas brasileiras, mas ainda existe muito a avançar para a construção de uma sociedade mais equitativa na concepção e distribuição de materiais acessíveis, e consequentemente, isso pode ser direcionado à área musical que é o enfoque deste trabalho.

Podemos também enfatizar que foi pequeno o número de repositórios com partituras em braille encontrados nesta pesquisa, e que em grande parte são geridos por instituições não governamentais. Por consequência, é coerente expor que faltam políticas públicas eficazes na construção de um acervo público, colaborativo e democrático de partituras adaptadas para as pessoas com deficiência visual.

A construção de um acervo, como mencionado anteriormente, pode contribuir para que as pessoas com deficiência visual possam ter maior autonomia em seus estudos musicais, uma vez que, a falta de material adaptado tende a excluir essas

peessoas de práticas musicais alicerçadas na leitura musical. Podemos salientar que a musicografia braille atende prioritariamente aos seguintes grupos: docentes de música, que necessitam da escrita/leitura tradicional da música com ou sem deficiência visual, e discentes de música que necessitam da escrita/leitura tradicional da música com ou sem deficiência visual.

A prática da leitura musical, mesmo para as pessoas sem deficiência, ainda é algo restrito a um pequeno grupo de pessoas que busca por estes conhecimentos em escolas especializadas, sites, canais da internet, dentre outros. Porém, estes conhecimentos para as pessoas com deficiência visual através da musicografia braille ainda são de maior dificuldade de acesso pelo pequeno número de profissionais capacitados para seu ensino e do pouco material disponível, reflexo da escassez de transcritores e revisores.

Consideramos assim, que o investimento público e/ou privado na criação de um repositório virtual contendo partituras musicais em formato digital a serem executadas por software gratuitos, contribuiria para a autonomia dos estudos musicais dos grupos interessados, fomentaria a produção de novos materiais, a formação de professores capacitados na área, e desencadearia em novas práticas de ensino da musicografia braille.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Edibergon Varela. **Música e deficiência visual**: os processos de aprendizagem musical no projeto esperança viva. 2016. Dissertação (Mestrado em Música) Escola de Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

BONILHA, Fabiana Fator Gouvêa. **Do toque ao som**: o ensino da musicografia braille como um caminho para a educação musical inclusiva. 2010. Tese (Doutorado em Música) Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004**, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm Acesso em: 30 jun. 2023

BRASIL. **DECRETO Nº 9.522 DE 08 DE OUTUBRO DE 2018**. Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, 08 out. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9522.htm. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.610%2C%20DE%2019%20DE%20FEVEREIRO%20DE%201998.&text=Altera%2C%20atualiza%20e%20consolida%20a,a,autorais%20e%20d%C3%A1%20outras%20pr,ovid%C3%AAs.&text=Art.,os%20que%20lhes%20s%C3%A3o%20conexos. Acesso em: 30 jun. 2023.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Normas técnicas para a produção de textos em braille**. Brasília: MEC/SEEP, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/105451-normas-tecnicas-para-a-producao-de-textos-em-braille-2018/file> Acesso em: 30 ago. 2023

CHILE. **Ley Nº 17.336 (1970) sobre Propiedad Intelectual (reformada por la Ley Nº 19.166 de 1992)**. 1992. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=28933&idParte=8636844&idVersion=> Acesso em: 30 jun. 2023

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto / John W. Creswell; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007. ISBN: 9788536308920

DUXBURY Braille Translator. **Duxburysystems** [2023]. Disponível em: https://www.duxburysystems.com/dbt_purchase.asp Acesso em: 31 ago. 2023

GOODFEEL Braille Music Translator. **Accessible music notation suite of software from dancing** [2021]. Phoenixville, PA, EUA: Dancing Dots, [2021]. Disponível em: <http://www.dancingdots.com/main/goodfeel.htm> Acesso em: 30 ago. 2023

KENNAN JÚNIOR, Dalton. **Trajetória acadêmica de alunos com deficiência visual**: um estudo com egressos da graduação de música. 2017. (Dissertação de mestrado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Música da UDESC, Florianópolis, SC.

KEENAN JÚNIOR, Daltro; SCHAMBECK, Regina Finck. (2016). Criação e adaptação de material didático para pessoas com deficiência visual: relatos de egressos da graduação em música. **Anais do Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música**, Belo Horizonte, MG, 2016. Disponível em: https://anppom.org.br/anais/anaiscongresso_anppom_2016/4098/public/4098-14212-1-PB.pdf Acesso em: 29 ago. 2023

MARINHO, Michele Maia Mendonça. **Acessibilidade informacional para músicos com deficiência visual**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; SOUZA, Catarina Shin Lima de; MORAIS JÚNIOR, Agamenon Clemente de. Integração entre extensão universitária e setores acadêmicos de apoio como estratégia de permanência de pessoas com deficiência visual em cursos universitários regulares. In: NUNES, Débora Regina de Paula; VIANA, Flávia Roldan; SILVA, Katiene Symone de Brito Pessoa da; GONÇALVES, Maria de Jesus. (org.) **Educação inclusiva**: conjuntura, síntese e perspectivas. Marília - SP. Editora ABPEE. 2021. p. 231-244

SILVA, Jonatas Souza e. **A musicografia braille e o desenho universal para a aprendizagem**: uma proposta didática/pedagógica. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Artes). Instituto Federal de do Ceará, Fortaleza, 2022.

SOUZA, Rafael Moreira Vanazzi de. **Particularidades da musicografia braille para o auxílio de novas metodologias de ensino**. 2014. Dissertação (Mestrado em Música). Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

TOMÉ, Dolores. **A infocomunicação em harmonia com a musicografia braille**: proposta de plataforma digital inclusiva. 2016. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais). Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2016.

TUDISSAKI, Shirlei Escobar. **Ensino de música para pessoas com deficiência visual**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2015.